

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício: 2015
 Programa: 36-Apoio Administrativo
 Objetivo Estratégico do PPA: 11-Melhorar a prestação de serviços públicos Tipo de Programa: Apoio Administrativo
 Origem do Programa: Órgãos com necessidade de manutenção e apoio administrativo para cumprimentos de suas atribuições.

Objetivo do Programa: Prover aos órgãos do Estado, meios administrativos para a implementação e gestão de seus programa finalísticos.
 Público Alvo: ORGÃOS DO ESTADO
 Unidade Resp. Programa: 99000-TESOURO DO ESTADO DE MATO GROSSO
 Gestor(a) do Programa: Estado de Mato Grosso

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2015	Data Apuração
Não cabe no conceito	Anual	Não cabe no conceito	0	0		
Fonte: SAD/MT						

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	3.539.119.552,32	4.278.929.779,17	4.171.205.254,82	18.734,75	117,86	97,48
101	13.539.058,00	12.450.349,09	10.435.271,95	1.472.019,77	77,08	95,05
103	11.549.638,00	9.700.088,64	9.685.325,79	0,00	83,86	99,85
104	1.228.281,40	1.228.281,40	1.186.151,16	0,00	96,57	96,57
106	138.461.945,00	138.461.945,00	138.461.944,01	0,00	100,00	100,00
107	110.000,00	1.481.842,15	1.060.607,34	0,00	964,19	71,57
109	2.122.206,00	1.339.932,05	1.058.144,95	66.805,96	49,86	83,11
112	4.700.000,00	4.700.000,00	2.651.813,78	0,00	56,42	56,42
120	137.426.116,16	151.569.795,50	150.571.066,69	0,00	109,57	99,34
122	1.270.124.417,00	1.288.124.417,00	1.283.383.967,27	0,00	101,04	99,63
131	93.969.814,59	88.577.640,93	82.904.449,26	0,00	88,22	93,60
134	595.515.726,00	594.389.480,33	593.718.825,00	150.000,00	99,70	99,91
144	0,00	2.541.831,32	2.541.831,32	0,00	0,00	100,00
145	28.597.031,00	30.239.076,97	29.819.192,45	0,00	104,27	98,61
149	25.386.461,00	25.386.461,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	14.162.228,00	4.835.873,34	4.811.265,63	0,00	33,97	99,49
173	34.093.062,20	30.364.840,59	28.184.880,24	0,00	82,67	92,82
198	132.702.796,47	130.198.464,47	113.002.542,14	14.408.255,21	85,15	97,59
201	2.100.000,00	4.059.480,71	4.052.238,38	0,00	192,96	99,82
206	3.120.000,00	5.620.000,00	4.497.489,61	164.751,83	144,15	82,44
208	186.980,00	176.980,00	0,00	0,00	0,00	0,00
214	0,00	1.093.453,36	1.089.053,16	4.400,20	0,00	100,00
240	391.735.868,91	429.391.714,04	388.474.903,35	1.451.164,20	99,17	90,78
242	207.179.445,78	172.985.312,97	166.806.400,62	0,00	80,51	96,43
243	2.582.803,00	2.582.803,00	1.996.694,22	0,00	77,31	77,31
247	0,00	95.727,37	95.727,37	0,00	0,00	100,00
248	68.415.139,44	94.444.446,47	94.122.815,43	0,00	137,58	99,66

249	7.815.738,74	14.027.439,80	13.930.551,41	0,00	178,24	99,31
250	16.060.508,00	9.860.508,00	9.002.773,70	0,00	56,06	91,30
262	31.376.248,00	33.636.248,00	23.669.803,00	0,00	75,44	70,37

300	0,00	115.507.420,31	93.308.842,14	0,00	0,00	80,78
301	0,00	3.000.000,00	1.386.461,02	0,00	0,00	46,22
303	0,00	2.415.403,51	2.415.403,51	0,00	0,00	100,00
306	0,00	19.088.105,47	17.542.809,14	10.000,00	0,00	91,95
309	0,00	1.996.495,69	1.016.088,01	0,00	0,00	50,89
320	0,00	3.251.000,00	3.251.000,00	0,00	0,00	100,00
601	0,00	544.546,15	544.546,15	0,00	0,00	100,00
606	0,00	3.056.150,54	3.020.724,37	0,00	0,00	98,84
640	0,00	47.701.883,92	38.113.535,58	0,00	0,00	79,90
662	0,00	1.262.854,33	62.573,57	0,00	0,00	4,95
Total	6.773.381.065,01	7.760.318.072,59	7.493.082.967,54	17.746.131,92	110,63	96,78

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 2005-Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Programa de Governo: 036-Apoio Administrativo

Exercício: 2015

Tipo de Ação: Atividade

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Objetivo Específico: Manter e conservar os bens imóveis.

Produto:	Ação mantida
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Katiucy Albuquerque

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	98,00
Tot al:	98,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	100,00	98,00	98,00	98,00

Análise da Meta Física:

A meta física deste programa foi atingida visto que foram atendidas todas as necessidades de manutenção e conservação de bens imóveis, onde:

- Foi executado todo valor empenhado para despesas com aluguel, sendo atualmente 18 (dezoito) promotorias em sedes alugadas. - Foram contratados todos os postos necessários para os serviços de terceirizados de limpeza e conservação e serviços de vigilância, tendo sido o contrato executado dentro da normalidade, atendendo a Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias da capital e Promotorias do interior.
- Foram adquiridos todos os materiais de consumo inicialmente previstos.
- Foram executados os valores previstos para despesas com energia, água e manutenção predial.
- Foram adquiridos materiais permanentes para atender as construções dos auditórios em diversas comarcas do interior, bem como mobiliário em geral para atender toda a necessidade desse Órgão.

A execução das ações denota a boa capacidade de Planejamento do Órgão e o esforço no sentido de implementar as ações propostas nesta ação, consequentemente a obtenção do índice da meta física estabelecida.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	16.810.000,00	14.710.000,00	14.396.805,20	0,00	85,64	97,87
300	0,00	200.318,00	200.318,00	0,00	0,00	100,00
Total	16.810.000,00	14.910.318,00	14.597.123,20	0,00	86,84	97,90

Capacidade de Planejamento - PPD:

Nessa ação foram orçados recursos suficientes para arcar com todas as despesas realizadas durante o exercício, e apesar da régua de parâmetros classificar como bom a capacidade de planejar e executar, as ações foram desenvolvidas muito satisfatoriamente.

Capacidade de Execução - COFD:

Foram desenvolvidas tarefas específicas que proporcionaram o alcance da meta prevista.

Alcance do Objetivo Específico:

O orçamento disponível foi utilizado de forma satisfatória, estruturando e mantendo as unidades do Ministério Público, bem como auxiliando nas atividades diárias.

Ação:	2006-Manutenção de Serviços de Transportes
Programa de Governo:	036-Apoio Administrativo
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Manter a frota de veículos utilizada pelo órgão.
Produto:	Ação mantida
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Katiucy Albuquerque

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	100,00
Tot al:	100,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta física deste programa tem como missão garantir a conservação e controle dos veículos institucionais, sendo hoje 116 (cento e dezesseis) veículos que atendem as unidades administrativas do Ministério Público no desempenho de suas atribuições.

- Foram contratados serviços especializados em manutenção de veículos; lavagem de veículos; fornecimento de pneus; fornecimento de combustível, filtros ar/óleo e lubrificantes; contratação de seguro da frota; bem como locação de veículos.
- O índice da meta física foi atingido através da execução das ações previstas, demonstrando a capacidade de Planejamento do órgão, bem como o esforço no sentido de implementar todas as tarefas estabelecidas.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	1.075.000,00	1.008.203,03	1.008.158,03	0,00	93,78	100,00
Total	1.075.000,00	1.008.203,03	1.008.158,03	0,00	93,78	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Nessa ação foram alocados recursos suficientes para arcar com todas as despesas previstas e que foram realizadas durante o exercício, demonstrando assim que as tarefas foram desenvolvidas de forma satisfatória.

Capacidade de Execução - COFD:

Foram desenvolvidas ações específicas no que tange ao Planejamento das contratações dos serviços e fornecimentos necessários à manutenção da frota de veículos do Ministério Público, tendo sido realizado estudo prévio das necessidades institucionais, o que acarretou no atingimento da meta.

Alcance do Objetivo Específico: Os objetivos foram plenamente alcançados. Todas as tarefas planejadas puderam ser cumpridas dentro do orçamento previsto.

Ação:	2007-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais
Programa de Governo:	036-Apoio Administrativo
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Garantir a manutenção e suporte das atividades administrativas nos órgãos/entidades.
Produto:	Ação mantida
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Claudia di Giacomo Mariano

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	100,00
Tot al:	100,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

Esta ação constitui uma das mais importantes das funções administrativas, pois é através dela que se atende as necessidades de manutenção do órgão, de modo a lhe permitir o pleno funcionamento. A meta física prevista de 100% foi obtida, pois na fase de execução das ações foi atendida todas as demandas identificadas e priorizadas para o exercício na fase de elaboração do Planejamento, que é de atender e dar suporte a manutenção de serviços gerais das unidades administrativas para que possam prestar sua função essencial a Justiça e a sociedade matogrossense. A execução das ações denota a boa capacidade de Planejamento do órgão e o esforço no sentido de implementar as ações propostas nesta ação, consequentemente a obtenção do índice da meta física estabelecida.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	53.698.450,00	48.778.450,00	47.924.890,76	0,00	89,25	98,25
240	3.793.938,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	57.492.388,00	48.778.450,00	47.924.890,76	0,00	83,36	98,25

Capacidade de Planejamento - PPD:

Esta ação é responsável pela manutenção dos serviços administrativos da Procuradoria Geral de Justiça. Nessa ação foram orçados recursos suficientes para arcar com todas as despesas realizadas durante o exercício, e, apesar da régua de parâmetros classificar como Bom a capacidade de planejar e executar, as ações foram desenvolvidas muito satisfatoriamente, embora não fora utilizado todo o orçamento da dotação orçamentária prevista (PTA/2015), uma vez que ainda sobraram recursos que foram remanejados para atender a outras demandas da Instituição. Dessa forma, não foram necessários recursos suplementares para o cumprimento das metas estabelecidas e não houve a necessidades de interferências para obtenção dos resultados esperado. Os recursos foram devidamente liberados em fluxo compatível com a programação, sem atrasos e contingências.

Capacidade de Execução - COFD:

O resultado aponta para 100% na régua de parametrização, isso devido a dotação inicial e dotação final estar condizente com a previsão e ser executada em sua totalidade. Por esta ação percebe-se que a realização do orçamento foi muito eficiente, pois os recursos existentes foram quase todos executados, cumprindo, dessa maneira, com as finalidades estabelecidas. Pode-se dizer também que as despesas previstas nesta ação foram efetivadas com eficácia, cujo gastos devidamente autorizados na LOA, tramitaram obedecendo os estágios de execução das despesas previstas na Lei 4.320/64 e 8.666/93.

Em relação a execução financeira, o fluxo de recursos, com o binômio orçamentário-financeiro, concomitantes, não causou nenhum transtorno, uma vez que os recursos foram repassados conforme programação de repasses planejados junto à SEFAZ.

Alcance do Objetivo Específico:

O Objetivo específico foi alcançado porque obteve os resultados desejados, executando quase todos os recursos disponíveis, a ação obteve um desempenho excelente, garantindo, assim, a manutenção e o suporte das atividades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça, na medida do que foi proposto originalmente.

Outros aspectos relevantes:

Não há registro de outros aspectos relevantes, as ações foram realizadas dentro do previsto, atendendo todas as necessidades de ordem de manutenção e de funcionamento das unidades em todo o Estado.

Ação:	2008-Remuneração de Pessoal Ativo do Estado e Encargos Sociais.
Programa de Governo:	036-Apoio Administrativo
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Atender pagamento de pessoal ativo do Estado e encargos sociais.
Produto:	Ação mantida
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Katia Aparecida Reis de Oliveira Arruda

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	100,00
Tot al:	100,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta estabelecida para essa ação foi de atender 100% das despesas com pessoal ativo e encargos sociais dos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Resultado obtido em relação a meta que teve pautada a execução orçamentária sempre em observância a LRF, cumprindo assim o programa estabelecido. Não há variação de meta física nessa ação, uma vez que a meta proposta foi alcançada, fato que denota a boa capacidade de Planejamento.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	179.491.463,36	188.663.439,08	182.975.079,41	0,00	101,94	96,98
198	18.732.382,00	18.732.382,00	14.883.322,67	3.122.063,71	79,45	95,34
300	0,00	31.109.928,75	30.277.038,30	0,00	0,00	97,32
Total	198.223.845,36	238.505.749,83	228.135.440,38	3.122.063,71	115,09	96,92

Capacidade de Planejamento - PPD: O Planejamento inicialmente previsto apresentou-se suficiente para atender todas as demandas programadas.

Capacidade de Execução - COFD:

A execução financeira ocorreu de acordo com o cronograma de Planejamento, tendo sido realizada todas as ações programadas, o que resultou na presente classificação na régua de parâmetros.

Alcance do Objetivo Específico:

A ação se propunha ao pagamento de pessoal ativo e encargos, portanto atingiu seus objetivos. Houve o alinhamento entre o planejado e o executado o que resultou no atendimento do fim proposto na LOA.

Ação:	2009-Manutenção de Ações de Informática
Programa de Governo:	036-Apoio Administrativo
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Prover a manutenção dos sistemas, dos bancos de dados e dos equipamentos TI
Produto:	Ação mantida
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Daniel Ribeiro Soares

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	100,00
Tot al:	100,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

Foram adquiridos materiais de consumo, provendo peças e acessórios como: memórias, mouses, fones de ouvido, cabos de rede e outros. Mantivemos o contrato de terceirização de suporte e atendimento possibilitando suprir as dúvidas dos usuários, conserto de computadores e suporte presencial nas cidades do interior.

Realizamos a modernização do parque adquirindo 50 computadores, 30 impressoras, 15 firewalls, 100 nobreaks, dentre outros. Destacamos também a renovação do software de virtualização e banco de dados, buscando as licenças mais atualizadas do mercado. Atualizamos, ainda, o contrato dos mais de 80 links de internet das promotorias de justiça, bem como dos 2 links principais da Procuradoria Geral de Justiça, obtendo qualidade e atendimento satisfatórios.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	9.642.150,00	8.642.150,00	6.300.476,02	0,00	65,34	72,90
300	0,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9.642.150,00	8.852.150,00	6.300.476,02	0,00	65,34	71,17

Capacidade de Planejamento - PPD:

Realizamos o levantamento estatístico dos contratos anteriores de modo a prever as peças e materiais mais utilizados para Planejamento da aquisição.

Efetuamos também o Planejamento na aquisição de equipamentos como computador e impressora para que seja cumprido um cronograma de obsolescência.

Capacidade de Execução - COFD:

Com o Planejamento realizado foi possível iniciar processo licitatório com a quantidade correta de equipamentos e onde eram necessários em todo o estado.

Com o contrato de terceirização foram remanejadas as demandas de modo que os desenvolvedores atuassem nas áreas mais deficitárias do departamento.

Alcance do Objetivo Específico:

Os objetivos da ação foram alcançados na totalidade, visto que por meio do contrato de terceirização foi possível manter os sistemas em funcionamento com desenvolvedores especialistas em linguagem de programação java, php e pl/sql. Nesse mesmo contrato foi possível dar o suporte adequado aos equipamentos de TI, tanto na capital como no interior do Estado, com os atendimentos regionalizados. E ao realizar aquisição de novos equipamentos alcançamos a modernização do parque tecnológico, diminuindo os custos com a manutenção de equipamentos obsoletos. Com a atualização das licenças Oracle e VMWare, alcançamos o objetivo de manter o banco de dados atualizado e mais seguro, acompanhando as exigências do mercado atual.

Dessa forma, foi possível contribuir para que o objetivo do programa fosse alcançado, provendo a área finalística de equipamentos modernos, seguros, links de internet de qualidade e informação confiável.

Outros aspectos relevantes: Não houve gastos na ação que já não foram citados nas questões anteriores.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Para obter maior eficiência da ação destacamos que seja mantido o plano de modernização tecnológica para que o parque não fique obsoleto.

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício: 2015

Programa: 262-Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Objetivo Estratégico do PPA: 11-Melhorar a prestação de serviços públicos

Tipo de Programa: Finalístico

Origem do Programa: A grave violação dos direitos da criança e adolescente na aplicação das medidas socioeducativas e de responsabilidade do sistema de rede de proteção que acaba não oportunizando e até vitimizando, por vezes, os jovens que são condicionados por um meio ineficaz de re(educação) e recuperação. A estatística evidencia, em números essa situação:

Mato Grosso em 2010 teve aproximadamente 52.059 boletins de ocorrências referentes a atos inflacionais, desse total 64% das ocorrências centralizam-se em quatro municípios: Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres e Rondonópolis. Percebe-se claramente a inefetividade do Estado na aplicação dos métodos corretivos, que visam impedir que crianças e adolescentes voltem a permanecer em conflito com a lei sem ter-se oportunizado que se ressocializem e cresçam superando a vulnerabilidade social.

Objetivo do Programa: Assegurar o respeito aos direitos da criança e adolescente.

Público Alvo: Sociedade matogrossense

Unidade Resp.

Programa: 08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Gestor(a) do Programa: Eliana Cicero de sa Maranhão Ayres

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2015	Data Apuração
Índice de ações ministeriais	Anual	Unidade	0	11	7,00	31/12/2015
Fonte: GEAP						

Análise de Indicadores do Programa:

Foram propostas 07 ações ministeriais com o objetivo de exigir do Poder Público o efetivo cumprimento das normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei n.º 12.594/2012 - Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, visando garantir que os adolescentes em conflito com a lei possam cumprir as medidas socioeducativas na forma preconizada na legislação de regência.

Diante disso, tendo em vista que fomos além das 05 ações ministeriais planejadas, atingimos satisfatoriamente o programa.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	18.886,40	18.886,40	0,00	15,74	100,00
Total	120.000,00	18.886,40	18.886,40	0,00	15,74	100,00

Execução:

Na execução do programa, superamos a meta planejada para o ano de 2015, através de medidas judiciais e extrajudiciais articuladas pelos órgãos de execução de algumas Comarcas, por meio da pactuação de Termos de Ajuste de Conduta com os Poderes Públicos Municipal e Estadual evitando, com isso a judicialização; além do cumprimento de ações propostas nos anos anteriores.

Resultados:

Os resultados deste programa, sob a análise desta Procuradoria Especializada, foram atingidos satisfatoriamente, haja vista que fomos além da meta proposta, relevando destacar que, em 24 de março de 2015, foi inaugurado o Centro Socioeducativo do Polo Lucas do Rio Verde, com o início de suas atividades em 1.º de julho do mesmo ano.

Principais restrições e providências adotadas:

Não há restrições a registrar no âmbito do Ministério Público.

Outros aspectos relevantes:

Ressaltamos que diante do aumento da demanda social em busca de intervenção do Ministério Público visando a garantia dos direitos da criança e do adolescente, foram promovidas diversas ações em conjunto com órgãos diretamente ligados ao tema, formando parcerias na realização de palestras, ações governamentais e não governamentais com o objetivo de solucionar e/ou amenizar as graves violações aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 3845-Promoção da Proteção Sócio-Jurídica a Criança e Adolescente

Programa de Governo: 262-Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Promover ações junto ao poder público para que as medidas socioeducativas observem os dispositivos legais da doutrina da proteção integral estabelecido pelo eca.
Produto:	Proteção efetivada
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Eliana Cicero de sá Maranhão Ayres

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	7,00
Tot al:	7,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5,00	5,00	7,00	140,00	140,00

Análise da Meta Física:

O produto visado foi satisfatoriamente atingido, haja vista que propusemos 07 ações ministeriais, superando as 05 planejadas, com o objetivo de garantir que as medidas socioeducativas foram cumpridas pelos adolescentes em conflito com a lei na forma preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei do SINASE.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	18.886,40	18.886,40	0,00	15,74	100,00
Total	120.000,00	18.886,40	18.886,40	0,00	15,74	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Na construção do Planejamento de execução do programa foram projetadas algumas ações, sendo que muitas dessas atividades não geraram custos aos cofres do Ministério Público. Assim, buscou-se estipular valores que pudessem, de acordo com a nossa realidade orçamentária e financeira, serem executados.

Dessa forma, foi possível a realização de eventos, cursos de capacitação de membros e servidores em parceria com o Poder Público Municipal e Estadual e Poder Judiciário a custo zero para os cofres da Instituição Ministerial.

Capacidade de Execução - COFD:

Fizemos um Planejamento a maior, pois não sabíamos as dificuldades que iríamos enfrentar e as ações que seriam necessárias para a implementação do planejado. Felizmente, em razão de parcerias firmadas com outros órgãos públicos, oportunizou-se a execução do planejado com divisão de custos entre os parceiros e redução de custos ao Ministério Público.

Alcance do Objetivo Específico:

O trabalho desenvolvido pelo Ministério Público permitiu que os adolescentes em conflito com a lei pudessem cumprir as medidas socioeducativas tendo respeitados seus mais comezinhos direitos fundamentais, além de alertar os Poderes Públicos para sua responsabilidade no cumprimento desses direitos.

Convém destacar que, com a inauguração do Centro Socioeducativo do Polo Lucas do Rio Verde, foram disponibilizadas mais 32 (trinta e duas) vagas para adolescentes infratores em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2015
------------	------

Programa: 264-Desenvolvimento Institucional

Objetivo Estratégico do PPA: 11-Melhorar a prestação de serviços públicos

Tipo de Programa: Apoio Administrativo

Origem do Programa: Estrutura deficiente para atendimento da população matogrossense.

Objetivo do Programa: Efetivar os direitos do cidadão.

Público Alvo: Sociedade

Unidade Resp. Programa: 08601-FUNDO DE APOIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Gestor(a) do Programa: Claudia di Giacomo Mariano

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2015	Data Apuração
Índice de satisfação da sociedade	Anual	Percentual	0	20		
Fonte: MP/MT						

Análise de Indicadores do Programa:

O Índice de satisfação da sociedade matogrossense em relação a atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, deixou de ser realizado face a dificuldade encontrada em viabilizar a pesquisa.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	28.174.400,00	19.280.538,57	9.293.599,13	0,00	32,99	48,20
161	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
240	100.000,00	100.000,00	53.597,00	0,00	53,60	53,60
300	0,00	1.893.546,49	1.231.208,54	0,00	0,00	65,02
640	0,00	6.431.907,16	1.064.481,93	0,00	0,00	16,55
Total	29.274.400,00	28.705.992,22	11.642.886,60	0,00	39,77	40,56

Execução:

Foram desenvolvidas ações específicas no presente programa que, apesar de alcançar suas metas não utilizou todo recurso financeiro programado na LOA.

O fato de ter-se elaborado um plano de ação com suas respectivas tarefas a serem desenvolvidas durante o exercício de 2015 permitiu que todos tivessem um alinhamento na fase da execução das ações reduzindo-se a despesas sem comprometer as metas pretendidas. Sendo assim, houve o alcance dos objetivos do programa, os recursos financeiros foram liberados em tempo e compatível com a programação.

Resultados:

O Programa continua alinhado com os objetivos estratégicos da Instituição, vez que as perspectivas que estão sendo atendidas pela Procuradoria Geral de Justiça estão direcionados à atender a Visão da Instituição, que é ser reconhecida como essencial à defesa da Sociedade.

Para tanto, o Ministério Público Estadual teve uma atuação incisiva e coerente através do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado - GAECO, através dos aprimoramentos nas investigações de inteligência nas áreas de crimes envolvendo agentes públicos e narcotráfico, bem como combate à corrupção;

Ocorreram reformas e adequações em 13 unidades do Ministério Público, alcançando 7 das 12 regiões de Planejamento do Estado; Em termos de Capacitação, foram capacitados 622 integrantes desta Instituição até dezembro de 2015, sendo que, tinha-se estimado a realização de capacitação para 400. Foram realizados 67 cursos nas mais diversas modalidades, bem como a oferta de 04 especializações aos membros e servidores do Ministério Público, com um reflexo positivo no cumprimento das metas estabelecidas; Ainda em termos de capacitação, o FUNAMP, apesar de viabilizar cursos de pós-graduação, não alcançou um número expressivo de participantes, conforme o planejado. Acredita-se que para melhorar estes números, seja necessário incentivar a manifestação de maior interesse dos integrantes e que atenda as atuais expectativas da Instituição.

Uma pesquisa de interesses, entre os integrantes, pode futuramente ampliar a oferta de cursos e garantir a efetiva participação dos interessados.

Quanto ao Apoio aos Órgãos de Execução do Ministério Público - CAOP, pode-se dizer que as aquisições e contratações previstas para incrementar as atividades relacionadas ao apoio técnico prestado foram devidamente solicitadas, os recursos efetivamente utilizados, alcançando um nível satisfatório para o objetivo específico previsto.

Até o momento não houve meios de viabilizar a pesquisa necessária para mensurar o índice de satisfação da sociedade com a atuação da Procuradoria Geral de Justiça.

Principais restrições e providências adotadas:

Outros aspectos relevantes:

O empenho dos Promotores de Justiça, dos Delegados de Polícia, bem como de toda a equipe policial nas deflagrações das Operações e das providências de Apoio às Promotorias do Estado de Mato Grosso no ano de 2015, proporcionou a efetiva desarticulação de 100% dos casos investigados. Em termos de capacitação, houve o treinamento realizado nos polos de Cuiabá, Barra do Garças, Cáceres, Colider, Juína, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra, com a participação efetiva de 166 servidores, 49 membros, totalizando 215 integrantes do Ministério Público, abrangendo 78 comarcas de nosso Estado.

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	3522-Apoio às Ações do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Desarticular 50% das organizações criminosas identificadas pelo gaeco.
Produto:	Operação realizada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Marco Aurelio de Castro

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	12,00
Tot al:	12,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
12,00	12,00	12,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

O GAECO, atingiu de forma satisfatória a previsão orçamentária do exercício de 2015 considerado Otim, pelo Quadro da Realização Orçamentária e Financeira, devido a atuação incisiva e coerente deste grupo ao combate a criminalidade, através dos aprimoramentos nas investigações de inteligência nas áreas de crimes envolvendo Agentes Públicos e Narcotráfico, bem como combate a Corrupção.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	1.301.600,00	1.213.713,50	1.115.803,08	0,00	85,73	91,93
Total	1.301.600,00	1.213.713,50	1.115.803,08	0,00	85,73	91,93

Capacidade de Planejamento - PPD:

Fatores externos e internos são responsáveis por provocarem mudanças e alterações nas metas estabelecidas. Quando o recurso orçado fica acima do empenhado havendo alteração na meta prevista, o recurso não gasto é realocado para fazer frente a outros tipos de despesas, como por exemplo: folha de pagamento, gastos como férias, 13º, licença prêmio, verbas indenizatórias, etc. Estes tipos de remanejamentos são normais e existem leis específicas que determinam e esclarecem as alterações mencionadas.

O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado, atingiu a meta do Planejamento PPD em 85,73% considerado Bom devido ao empenho dos Promotores de Justiça, dos Delegados de Polícia, bem como de toda a equipe Policial deste Grupo nas deflagrações das Operações e das providências de Apoio às Promotorias do Estado de Mato Grosso no ano de 2015, sendo todas realizadas com sucesso e excelente aplicação do Orçamento anual deste GAECO.

Capacidade de Execução - COFD:

Em 2015 o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado atingiu 91,93% da capacidade de executar os recursos disponibilizados, aplicando de forma criteriosa e responsável seu orçamento nas atividades desenvolvidas para implementação do combate ao crime organizado, bem como o desbaratamento de 100% dos casos investigados.

Alcance do Objetivo Específico:

Os resultados esperados ao final da implementação do Programa de Redução da Impunidade, atingiu um percentual considerando OTIMO na régua de parâmetros, devido ao fato do investimento financeiro disponibilizado a este Grupo Especial ser investido em aparelhagem técnicas fundamentais para elucidação das vertentes que norteiam a formação da estrutura do crime organizado, bem como em capacitações, pagamento de diárias, manutenção de veículos utilizados no suporte pelos Agentes Policiais a realizarem levantamentos de campo em diligências sigilosas conclusivas, a fim de logarmos êxitos nos desencadeamentos do combate a redução da impunidade e combate a corrupção. Assim podemos afirmar que tais resultados foram possíveis em face do esforço, empenho, dedicação e comprometimento desse Grupo com a sociedade Mato-grossense. Portanto, as dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual LOA ao GAECO, foram suficientes para o exercício de 2015, salientando que todos os recursos foram devidamente liberados pelos órgãos responsáveis da Procuradoria Geral de Justiça sempre que solicitados, corroborando ao êxito do objetivo da ação e satisfação no percentual almejado por este Órgão de Inteligência.

Outros aspectos relevantes:

Outros Objetivos

- Desarticulação de Crime Organizado com o Tráfico ilícito de entorpecente
- Desarticulação de Crime Organizado contra Agências Bancárias e caixas eletrônicos - Apoio as Promotorias do Estado de Mato Grosso, bem como a Instituições Públicas.
- Desarticulação de crime organizado com reflexo ao Meio Ambiente
- Crimes de exploração sexual contra crianças e adolescentes - Combate a Corrupção

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Aumento da Estrutura física da unidade; aquisições de equipamentos modernos na área de informática e na estrutura de equipamentos balísticos, incentivo a realização de cursos de aprimoramento e atualização na área de inteligência e infiltração, bem como nas novas tecnologias de comunicação através de aplicativos via internet, a fim de gerar aperfeiçoamento nas diligências sigilosas, fortalecendo a infraestrutura básica nas ações investigatórias, operacionais e táticas.

Ação:	3547-Gestão de Tecnologia da Informação
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Implantar governança em todos os serviços e processos de tecnologia da informação do MPE/MT.
Produto:	Promotoria de justiça com atendimento regionalizado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Daniel Ribeiro Soares

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	100,00
Tot al:	100,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
70,00	70,00	100,00	142,86	142,86

Análise da Meta Física:

O resultado obtido foi decorrente do forte investimento na modernização da infraestrutura do DataCenter, possibilitando a construção de outro totalmente novo que atenda a demanda da Instituição por no mínimo 10 anos. Com a nova sala serão fornecidos sistemas de ar condicionado, energia elétrica e geradores redundantes.

Além deste, alteramos a forma de contratação de manutenção de nobreaks e geradores para otimizar os recursos e garantir eficácia da solução.

Adquirimos, também, licenças de banco de dados atualização do ambiente, bem como renovação do suporte das licenças adquiridas no ano de 2015.

Após autorização da Administração Superior, também foi possível realizar investimento na aquisição da ferramenta Oracle para Business Intelligence, vislumbrando novos projetos estratégicos. Como a nova ferramenta será possível realizar estudos estatísticos sobre a atuação da área fim, e implementação da análise de centros de custos. Ou seja, além de realizar o que foi planejado, foi possível obter recursos para a execução de projetos importantíssimos para a Instituição.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	3.072.000,00	7.269.000,00	4.900.021,13	0,00	159,51	67,41
300	0,00	1.888.905,00	1.226.567,05	0,00	0,00	64,94
640	0,00	685.440,51	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.072.000,00	9.843.345,51	6.126.588,18	0,00	199,43	62,24

Capacidade de Planejamento - PPD:

Pesquisamos nos Ministérios Públicos Brasileiros as melhores práticas de segurança da informação, para a implantação da política de segurança da informação e ato regulatório para utilização de softwares no MPMT. A partir daí iniciou-se Planejamento para regulamentar os procedimentos internos e implantar a governança de tecnologia da informação, bem como as melhores práticas na administração de Data Centers.

Todavia o desempenho demonstrou-se deficitário em virtude da construção do Data center não estar prevista inicialmente, visto que foram realizadas várias tratativas com a Administração Superior para o convencimento de sua importância. Sendo assim, aprovado somente no meio do ano de 2015.

Capacidade de Execução - COFD:

Otimizamos os procedimentos internos e externos quanto à segurança da informação, realizando divulgação e conscientização dos usuários. Em complemento ao Planejamento foram iniciadas as atividades de implantação do novo Data Center, verificando a capacidade, localização e cronograma de execução.

Todavia o desempenho demonstrou-se deficitário em virtude do processo licitatório do data center, que devido à sua complexidade foi concluído apenas em meados do final do ano. Assim sua conclusão ficou praticamente para o ano de 2016 com valores empenhados de 2015.

Alcance do Objetivo Específico:

O principal ganho foi a implantação da política de segurança da informação e ato regulatório sobre utilização de softwares com respectivo monitoramento de incidentes de segurança. Com a conscientização dos usuários, os comportamentos estão mudando aos poucos para que a informação da instituição seja preservada.

Além da mudança de cultura, foi possível modernizar fisicamente o Data Center garantindo disponibilidade, confiabilidade e segurança das informações, minimizando interrupções diversas, como quedas de energia principalmente.

Como próximo passo serão implantados processos de governança da tecnologia da informação, para o adequado alinhamento ao Planejamento estratégico da instituição.

Assim, apesar do orçamento aprovado e dos estudos realizados para a construção de um novo data center, sua conclusão restou para o de 2016. Como o investimento atingiu grandes dimensões, sua conclusão impacta diretamente na divergência do índice PPD x COFD.

Outros aspectos relevantes:

Nota-se que as restrições que mais impactaram no desempenho da ação foram as de ordem orçamentária e institucional. Visto que foi necessária readaptação orçamentária ou remover de outros projetos para alocação na tecnologia da informação.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Para obter maior eficiência da ação recomenda-se o envolvimento constante da Administração Superior para que a governança de tecnologia alcance seus objetivos estratégicos.

Ação:	3549-Implantação e Implementação das Unidades do Ministério Público em Mt.
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Proporcionar melhores condições de atendimento ao cidadão.
Produto:	Promotoria de justiça implantada e implementada
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Luiz Massao Ikeda

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
REGIAO I - NOROESTE I	0,00
REGIAO II - NORTE	1,00
REGIAO III - NORDESTE	0,00
REGIAO IV - LESTE	1,00

REGIAO V - SUDESTE	2,00
REGIAO VI - SUL	4,00
REGIAO VII - SUDOESTE	2,00
REGIAO VIII - OESTE	1,00
REGIAO IX - CENTRO OESTE	0,00
REGIAO X - CENTRO	2,00
REGIAO XI - NOROESTE II	0,00
REGIAO XII - CENTRO NORTE	0,00
Tot al:	13,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
12,00	12,00	13,00	108,33	108,33

Análise da Meta Física:

Fatores externos e internos são responsáveis por provocarem mudanças e alterações nas metas estabelecidas. no caso específico desta ação 3549. A não execução de uma grande obra, pelo Tribunal de Justiça, do prédio onde estará instalada o novo Fórum da Comarca de Várzea Grande, atrasou, mais uma vez, a construção da Unidade ministerial desta mesma comarca. Sendo assim, a maior parte do recurso destinado a esta obra foi realocado. Quanto a superação da meta de 12 para 13, trata-se de uma obra, demanda que surgiu durante a execução do PPA.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	23.130.000,00	10.343.741,99	2.850.211,73	0,00	12,32	27,55
161	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
640	0,00	5.246.466,65	1.004.364,43	0,00	0,00	19,14
Total	24.130.000,00	16.590.208,64	3.854.576,16	0,00	15,97	23,23

Capacidade de Planejamento - PPD:

O Valor inicialmente programado para as ações neste exercício foi mais que suficiente para a execução, já que a maior parte do recurso estava previsto para construir a nova Unidade Ministerial da Comarca de Várzea Grande.

Capacidade de Execução - COFD:

O Valor inicialmente programado para as ações neste exercício foi suficiente para executar o que foi programado. Ocorre que o recurso não foi utilizado pois a construção da Promotoria de Várzea Grande depende do início da execução da obra pelo Tribunal de Justiça, do prédio onde ficará o novo Fórum da Varzea Grande.

Alcance do Objetivo Específico:

A construção, reforma, ampliação e readequação das Unidades do Ministério Público objetivam proporcionar melhores condições de atendimento ao Cidadão.

Ocorre que o Objetivo Específico foi plenamente alcançado, mesmo não tendo êxito na construção da Unidade Ministerial da comarca de Várzea Grande por conta do atraso da obra de responsabilidade do Tribunal de Justiça.

Ação:	3560-Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Promover aprimoramento profissional e cultural dos servidores da instituição
Produto:	Capacitação realizada
Unidade de Medida:	Pessoa
Responsável pela Ação:	Silvana Correa Vianna

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	622,00
Total:	622,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
400,00	400,00	622,00	155,50	155,50

Análise da Meta Física:

O planejado foi a capacitação de 400 servidores. Superamos a meta, considerando a busca por cursos EaD e curso realizados nos pólos pela Procuradoria Especializada.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	159.000,00	159.000,00	158.917,40	0,00	99,95	99,95
Total	159.000,00	159.000,00	158.917,40	0,00	99,95	99,95

Capacidade de Planejamento - PPD:

O dotação inicial foi suficiente para atender a demanda inicialmente prevista. Portanto o desempenho apurado Ótimo é devido ao Planejamento adequado e com otimização do recurso.

Capacidade de Execução - COFD:

A previsão financeira atendeu satisfatoriamente a demanda prevista.

Alcance do Objetivo Específico:

A realização de 67 cursos nas mais diversas modalidades, bem como o oferecimento de 04 especializações aos membros e servidores da Instituição, teve um reflexo positivo no cumprimento das metas estabelecidas.

Outros aspectos relevantes:

A realização de um treinamento nos pólos de Cuiabá, Barra do Garças, Cáceres, Colíder, Juína, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra, tiveram a participação de 166 servidores e 49 membros, totalizando 215 integrantes do MP, e abrangendo 78 comarcas, contribuiu para a superação da meta prevista.

Ação:	3562-Apoio aos Órgão de Execução do Ministério Público
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Objetivo Específico:	Subsidiar as ações dos órgãos de execução do Ministério Público na atuação judicial e extrajudicial.
Produto:	Apoio técnico prestado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Sergio Silva da Costa

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	5,00
Tot al:	5,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5,00	5,00	5,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

As ações planejadas pelo setor foram implantadas em sua totalidade, não havendo nenhuma objeção que pudesse interferir de maneira significativa no resultado alcançado.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	511.800,00	295.083,08	268.645,79	0,00	52,49	91,04
300	0,00	4.641,49	4.641,49	0,00	0,00	100,00
Total	511.800,00	299.724,57	273.287,28	0,00	53,40	91,18

Capacidade de Planejamento - PPD:

As aquisições e contratações previstas para incremento das atividades relacionadas ao apoio técnico prestado foram devidamente solicitadas. Contudo, tais solicitações ainda estão em andamento nos setores responsáveis pela conclusão das licitações e contratações.

Capacidade de Execução - COFD:

Para o atingimento das metas previstas, os recursos foram efetivamente utilizados.

Alcance do Objetivo Específico:

Através da análise o nível do objetivo específico foi alcançado de modo satisfatório.

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2015
Programa:	287-Defesa da Cidadania e Respeito aos Direitos do Cidadão
Objetivo Estratégico do PPA:	11-Melhorar a prestação de serviços públicos

Tipo de Programa: Finalístico

Origem do Programa:	Demandas registradas pelas Promotorias de Justiça no ano de 2010, evidenciam ações empreendidas em prol dos serviços públicos relacionados aos direitos sociais. Assim, extrai-se a representatividade das demandas da seguinte forma: a) 35,76% Saúde; b) 8,49% Idoso; c) 6,79% Educação e Pessoa com Deficiência. De outro modo, as informações dos serviços públicos de saúde apontam grande demanda por cirurgias ortopédicas para atendimento das vítimas de acidentes de trânsito, sendo extraído das promotorias de justiça criminais que no ano de 2010 foram registradas 23.169 ocorrências por delitos de trânsito. Desse modo, identificado os casos de desrespeito ao cidadão e violação de seus direitos fundamentais, foi elaborado o presente programa para oportunizar o desenvolvimento de uma sociedade onde segurança, educação e saúde pública sejam direitos plenamente assegurados aos cidadãos matogrossenses.
Objetivo do Programa:	Reduzir os casos de violação aos direitos do cidadão.
Público Alvo:	Sociedade matogrossense
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Gestor(a) do Programa: Edmilson da Costa Pereira

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2015	Data Apuração
Índice de utilização dos instrumentos de interação comunitária Fonte: Sistema GEAP	Anual	Unidade	440	500	497,00	31/12/2015
Índice de resolutividade extrajudicial de cidadania Fonte: Sistema GEAP	Anual	Percentual	36	56	16,80	31/12/2015

Análise de Indicadores do Programa:

1. Índice de resolutividade extrajudicial da cidadania:

O Ministério Público recebeu na área da cidadania 15.289 demandas (Notícia de Fato) em 2015, resultando na instauração de 8.645 novos procedimentos investigatórios (Inquérito Civil e Procedimento Preparatório), sendo registrado o arquivamento de 3.148 procedimentos, seja pela realização de Termo de Ajustamento de Conduta, atendimento de Notificação Recomendatória, Resolução Extrajudicial da demanda e outros.

Observa-se ainda o ajuizamento de 1.074 novas demandas (petição inicial), visando resguardar os direitos dos idosos, pessoa com deficiência, consumidor, saúde da população mato-grossense e outros assuntos afetos a área da cidadania.

2. Índice de utilização dos instrumentos de interação comunitária:

Os dados extraídos do Sistema Integrado do Ministério Público, demonstram uma efetiva utilização dos instrumentos de interação pelos Promotores da Cidadania com a população mato-grossense, no ano de 2015. Foram realizadas 226 inspeções/vistorias, 305 reuniões e 7 audiências públicas.

Assim, contabilizamos a utilização de 497 instrumentos de interação comunitária no ano de 2015.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	51.164,00	51.164,00	0,00	42,64	100,00
Total	120.000,00	51.164,00	51.164,00	0,00	42,64	100,00

Execução:

O plano de ação com foco ao programa às normas de trânsito fora executado dentro do planejado.

Capacidade de Planejamento - Priorizamos nas ações promovidas pela Procuradoria Especializada e Promotorias de Justiça a utilização do meio eletrônico, diminuindo o custo operacional, assim, não se fez necessário a utilização de todo recurso disponível.

Capacidade de execução - O desempenho da execução financeira fora realizado no prazo. O valor da dotação final é inferior devido a reprogramação ações que envolviam custo direto e priorização de ações que demandaram atuação jurídica, cujas despesas correntes estão previstas nos custos de apoio administrativo pessoal.

Resultados:

O trabalho desempenhado no ano de 2015 alcançou todos os parâmetros estabelecidos no PPA 2012-2015, tendo 16,8% de resolutividade extrajudicial na cidadania.

Todas as ações promovidas pelas Promotorias da Cidadania foram realizadas em prol da sociedade mato-grossense, atuando com afinco na defesa da saúde, educação, consumidor, idosos, pessoa com deficiência, dentre outras áreas.

Principais restrições e providências adotadas:

Nada a observar

Outros aspectos relevantes:

Nada a observar

Outros produtos entregues:

Nada a observar

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

Nada a observar

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	5166-Defesa dos Direitos do Cidadão no Trânsito
Programa de Governo:	287-Defesa da Cidadania e Respeito aos Direitos do Cidadão
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Exigir a implantação de ações e defesa à vida e contra a violência no trânsito
Produto:	Ação ministerial proposta
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Edmilson da Costa Pereira

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	23,00
Total:	23,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
60,00	60,00	23,00	38,33	38,33

Análise da Meta Física:

A presente ação foi realizada com o enfoque para as normas de trânsito, precisamente violência no trânsito, havendo implementação de medidas voltadas para a conscientização da sociedade.

A meta prevista foi de 60% das Promotorias da Defesa da Cidadania, promoverem ações voltadas para a redução da violência no trânsito.

A atuação específica nessa matéria foi em 15 Municípios: Cuiabá, Água Boa, Alto Garças, Canarana, Colíder, Colniza, Diamantino, Juscimeira, Jaciara, Mirassol D' Oeste, Nova Canaã do Norte, Nova Xavantina, Porto Espiridião, Rondonópolis e Sinop.

Contabilizamos, 7 novas demandas, 11 procedimentos investigatórios e 1 Audiência Pública.

O desempenho com indicador de 38,33% da meta não foi o ideal, diante da complexidade encontrada para atuar de forma específica na matéria, em razão da ausência de parcerias com as Instituições responsáveis pelas fiscalizações da prestação dos serviços relacionados ao trânsito.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	51.164,00	51.164,00	0,00	42,64	100,00
Total	120.000,00	51.164,00	51.164,00	0,00	42,64	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

1. Capacidade de Planejamento PPD:

Dentre as ações previstas para este projeto, estava a realização do trabalho contra a violência no trânsito. Os recursos foram utilizados para este meio, e para outros projetos, relacionados à saúde - Combate ao Mosquito Aedes Aegypti.

Destarte, realizamos todas as medidas previstas no plano de ação. Não se fazendo necessário a suplementação dos recursos.

Tal fato, resultou no índice que ora se observa.

2.Capacidade de Execução COFD:

O desempenho na execução financeira foi realizado dentro dos prazos estabelecidos, justifica-se a não utilização do valor total inicialmente previsto em virtude da reprogramação das ações que envolviam custo direto e priorização das ações que demandaram atuação jurídica cujas despesas correntes estão previstas nos custos de apoio administrativo - pessoal.

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar de todo recurso financeiro disponível não ter sido utilizado em sua totalidade, a meta inicialmente estabelecida foi alcançada.

Outros aspectos relevantes: nada a observar

Recomendações da Unidade responsável pela ação: nada a observar

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2015
Programa:	316-Efetividade da Legislação Penal
Objetivo Estratégico do PPA:	10-Expandir a atividade econômica com agregação de valor à produção local

Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	Deficiente mensuração dos resultados atuais do Ministério Público, que tem causa na falta de informações criminais que permitem a Instituição conhecer e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade de seus serviços e estabelecer um Planejamento e Estratégico

Objetivo do Programa: Melhoria dos indicadores de impacto atuais se dará por meio da implantação do sistema de informações criminais com indicadores de resultados e dados estatísticos, que permitirá realizar diagnósticos acerca do desempenho das atividades na área criminal e adotar as medidas necessárias e adequadas para a satisfação das metas institucionais que venham ser ou tenham sido estabelecidas no Planejamento estratégico.

Público Alvo:	SOCIEDADE
Unidade Resp.	

08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Gestor(a) do Programa: Mauro Viveiros

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2015	Data Apuração
Nº e índice de impronúncias contrárias ao pedido do MP	Anual	Percentual	0	1	14,30	30/12/2015
Fonte: MP						
Nº e índice de absolvições sumárias contrárias ao pedido do MP	Anual	Percentual	0	1	1,15	30/12/2015
Fonte: MP						
Nº e índice de recursos improvidos contra o pedido do MP	Anual	Percentual	0	0	0,00	30/12/2015
Fonte: GEAP						
Nº e índice de arquivamento de inquéritos policiais por não identificação de autoria	Anual	Percentual	0	10	16,30	30/12/2015
Fonte: MP						
Nº e índice de condenações plenárias, contrárias ao pedido do MP	Anual	Percentual	0	.5	23,00	30/12/2015
Fonte: GEAP						
Nº e índice de condenações do juízo singular contrárias ao pedido do mp	Anual	Percentual	0	.5	0,80	30/12/2015
Fonte: MP						
Nº e índice de estoque de feitos	Anual	Percentual	0	30	0,00	30/12/2015
Fonte: MP						
Nº e índice de recursos providos conforme o pedido do MP	Anual	Percentual	0	80	0,00	30/12/2015
Fonte: GEAP						
Nº e índice de absolvições plenárias, contrárias ao pedido do MP	Anual	Percentual	0	5	33,30	30/12/2015
Fonte: MP						
Nº e índice de absolvições singulares contra o pedido do MP	Anual	Percentual	0	2	49,60	30/12/2015
Fonte: GEAP						
Nº e índice de redução de processos com pronúncias superiores a 4 anos	Anual	Percentual	0	100	0,00	30/12/2015
Fonte: GEAP						
Nº e índice de prescrição da pretensão punitiva	Anual	Percentual	0	2	0,11	30/12/2015
Fonte: GEAP						

Análise de Indicadores do Programa:

Os indicadores revelam que a efetividade da legislação penal tem-se revelado satisfatória, todavia, alguns deles encontram-se sem condições de realizar uma exata medição dos resultados em razão das mudanças na nomenclatura do Sistema após a implantação da Taxonomia no âmbito do Ministério Público.

A equipe DTI - Departamento de Tecnologia e Informação, todavia, continua dando manutenções corretivas à Suíte de Aplicativos, a fim de adequá-la à Tabela Taxonômica, pois, a base estrutural para o sistema de indicadores já permite que a maioria dos dados sejam cadastrados.

A possibilidade de verificar a produtividade das promotorias possibilitado o aumento de algumas ações e o consequente incremento de alguns indicadores numa forma de superação de algumas expectativas.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	66.500,00	66.500,00	0,00	55,42	100,00
Total	120.000,00	66.500,00	66.500,00	0,00	55,42	100,00

Execução:

A realização orçamentária e financeira do programa, aponta certa divergência entre a capacidade de Planejamento e a capacidade de execução. O descompasso entre as medições decorreu do fato de que várias ações foram implementadas mediante a utilização dos recursos humanos e materiais disponibilizados que se mostraram suficientes.

Resultados:

O Programa continua alinhado aos objetivos estratégicos do órgão e do governo, na medida em que, a "Efetividade da Legislação Penal", programa que abrange uma gama de temas que vão desde a implantação de um sistema de gestão por indicadores até a fiscalização da execução penal e o controle externo da atividade policial encontra-se em franco desenvolvimento.

As ações do programa demonstram suficiência e, atualmente, estão direcionadas à solução dos problemas consistentes na necessidade de monitoramento e fiscalização das penas alternativas e no controle externo da atividade policial.

Os beneficiários e usuários do programa têm-se mostrado satisfeitos. Os usuários por que constataram a possibilidade de verificar a real situação da execução das penas que se encontravam prestes à prescrição propiciando que os beneficiários voltassem a cumpri-las, os beneficiários, por que foram monitorados, acompanhados e, na medida do possível, inseridos no mercado de trabalho. Antes da implementação do presente projeto os processos de penas restritivas de direito ficavam esquecidos nas escriturarias aguardando a prescrição, posto que não havia material humano e nem mesmo físico para realizar o seu acompanhamento.

Na medida em que os trabalhos desenvolvidos pelas equipes psicossociais da CAPEX - Ação que cuida da fiscalização das penas alternativas - Premiado no ano de 2015 pelo Conselho Nacional do Ministério Público -, trouxeram resultados satisfatórios com relação ao monitoramento e fiscalização da pena o índice prescricional baixou, ocorreu a integração com as entidades e órgãos parceiros; a ressocialização dos beneficiários e redução dos índices de reincidência.

Esses resultados foram alcançados mediante acompanhamento na prática do trabalho, da educação, da saúde, da assistência social e da habitação.

Principais restrições e providências adotadas:

Outros aspectos relevantes:

Não existe, no momento, nenhuma programação de ajuste/adequação da previsão orçamentária para os próximos exercícios.

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	5018-Implantação do Modelo de Fiscalização da Execução Penal
Programa de Governo:	316-Efetividade da Legislação Penal
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	

Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Estruturar uma central de fiscalização e acompanhamento da execução de penas e medidas alternativas, visando contribuir para maior dignidade e a reinserção social dos beneficiários, através de um modelo de equipe interdisciplinar no atendimento e fiscalização dos reeducandos.
Produto:	Ação mantida Unidade
de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Mauro Viveiros

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	40,00
Tot al:	40,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
40,00	40,00	40,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

O quadro demonstrativo da Meta Física resultou na classificação "ótimo", diante do fato de que as medidas projetadas no sentido de dar prosseguimento à Implantação do Modelo Fiscalização da Execução Fiscal, quais sejam: proceder o acompanhamento do desempenho funcional das Promotorias de Justiça Criminais como um todo, em relação à prevenção e repressão do tráfico de drogas e em relação ao acompanhamento do desempenho da CAPEX - Central de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas da Execução Fiscal, não dependeram durante o exercício analisado, do dispêndio da verba empenhada.

Cuida-se de ação implementada com recursos do Ministério da Justiça em duas Comarcas, quais sejam, na Capital e em Rondonópolis.

No exercício ora analisado não houve a implantação de novas Centrais, mas sim o acompanhamento daquelas implantadas, todavia, o Plano de Trabalho Anual do próximo exercício contempla a implantação da CAPEX em novas Comarcas como forma de expandir a ação consistente no acompanhamento e fiscalização dessa espécie de execução penal.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

A classificação resultou "Altamente Deficiente", diante do fato de que as medidas projetadas no sentido de dar prosseguimento à Implantação do Modelo Fiscalização da Execução Fiscal, quais sejam: proceder o acompanhamento do desempenho funcional das Promotorias de Justiça Criminais como um todo, em relação à prevenção e repressão do tráfico de drogas e em relação ao acompanhamento do desempenho da CAPEX - Central de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas da Execução Fiscal, não dependeram durante o exercício analisado, do dispêndio da verba empenhada.

A Central de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas, ação implementada com recursos do Ministério da Justiça, não carece, para o seu prosseguimento, de qualquer programação de ajuste ou adequação da previsão orçamentária.

Capacidade de Execução - COFD:

A classificação resultou "Altamente Deficiente", diante do fato de que as medidas projetadas no sentido de dar prosseguimento à Implantação do Modelo Fiscalização da Execução Fiscal, quais sejam: proceder o acompanhamento do desempenho funcional das Promotorias de Justiça Criminais como um todo, em relação à prevenção e repressão do tráfico de drogas e em relação ao acompanhamento do desempenho da CAPEX - Central de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas da Execução Fiscal, não dependeram durante o exercício analisado, do dispêndio da verba empenhada.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi alcançado na medida em que a Central de Fiscalização foi estruturada em duas Comarcas sendo uma delas na Capital e a outra em Rondonópolis.

Ação:	5019-Implantação do Controle Externo da Atividade Policial
Programa de Governo:	316-Efetividade da Legislação Penal
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Possibilitar às instituições policiais implantar um sistema de informações e estatísticas e um sistema de gestão por indicadores sobre seus produtos para mensurar o resultado das atividades de prevenção e repressão da criminalidade.
Produto:	Sistema de gestão por indicadores das policias civil e militar orientado e acompanhado

Unidade de Medida: Unidade
 Responsável pela Ação: Mauro Viveiros

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	0,00
Tot al:	0,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
45,00	45,00	0,00	0,00	0,00

Análise da Meta Física:

A meta física da ação que diz com a "Implantação do Controle Externo da Atividade Policial" depende da construção do Sistema de Gestão por Indicadores para as Polícias.

Cuida-se de atividade dependente de dados externos referentes às Polícias Civil e Militar respectivamente.

Relativamente à Polícia Militar foram obtidos dados que, atualmente, estão sendo utilizados na construção das respectivas fórmulas dos indicadores, todavia, relativamente à Polícia Civil, ainda não obtivemos os dados solicitados.

Os trabalhos desenvolvidos no decorrer do exercício, portanto, restringiram-se à construção de fórmulas (Polícia Militar) e outras providências tais como padronização de modelos procedimentos, atividades que, por ora, dispensa a utilização da verba empenhada.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	100.000,00	66.500,00	66.500,00	0,00	66,50	100,00
Total	100.000,00	66.500,00	66.500,00	0,00	66,50	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os indicadores relativos ao Controle Externo da Atividade Policial encontram-se na fase de elaboração das fórmulas obtidas da Polícia Militar (Ofício 067/GCG/PMMT) de 12/01/2015 e aguarda as informações já solicitadas da Polícia Civil o que, por ora dispensa a utilização de verba. Os recursos previstos mostraram-se compatíveis com a necessidade da ação e não carecem de qualquer programação de ajuste ou adequação da previsão orçamentária para os próximos exercícios.

Capacidade de Execução - COFD:

Foi ofertado curso de capacitação aos Promotores envolvidos no processo de gestão.

Alcance do Objetivo Específico: O Objetivo Específico foi alcançado em parte haja vista a necessidade de obtenção de dados externos.

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2015
Programa:	331-Defesa Ambiental e Organização das Cidades
Objetivo Estratégico do PPA:	01-Melhorar a conservação ambiental dos biomas Mato-grossenses e as práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	A utilização inadequada dos recursos naturais e o crescimento desordenado das cidades, aliados a falta de implementação de Políticas Públicas voltadas para a proteção do meio ambiente natural e urbano, geram graves problemas que serão suportados não apenas pela presente geração, mas também, pelas futuras. São típicos exemplos poluição dos recursos hídricos, degradação da cobertura vegetal, acúmulo de resíduos sólidos e exclusão social decorrente da ausência de regularização fundiária.
do Programa:	Atuar visando a proteção do patrimônio natural e a organização dos espaços habitáveis, de modo a propiciar Objetivo melhores condições de vida à coletividade
Público Alvo:	Sociedade
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Gestor(a) do Programa: Luiz Alberto Esteves Scalloppe

INDICADORES						
Descrição	Prioridade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2015	Data Apuração
Índice de focos de calor	Anual	Unidade	260130	156078	316.380,00	31/12/2015
Fonte: CPTEC/INPE						
Índice de municípios com aterro sanitário licenciado	Anual	Unidade	8	60	9,00	31/12/2015
Fonte: SEPLAN/MT						

Análise de Indicadores do Programa:

No exercício das atribuições que lhe são inerentes, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso vem acompanhando os índices de focos de calor do Estado de Mato Grosso, numa perspectiva de buscar a redução das queimadas urbanas e rurais por meio de ações preventivas, especialmente de educação ambiental, e de ações repressivas. Contudo, a redução de tais índices encontra-se fora da governabilidade do órgão ministerial, uma vez que esse resultado não depende apenas de seus esforços, mas de uma atuação conjunta combativa e efetiva de todos os órgãos competentes, entes municipais, estaduais e federais, bem como da sociedade.

Nesse contexto, quanto ao índice de focos de calor apurados em 2015 (informações obtidas junto ao Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE), apesar de ainda ser bem expressivo no Estado de Mato Grosso, destaca-se a implementação de ações preventivas e educativas que vem sendo realizadas no âmbito ministerial, e também pelo Poder Público.

Destarte, o Ministério Público vem envidando esforços para estimular ações educativas e que promovam o combate preventivo e repressivo de queimadas. Exemplo disso é o Projeto 'Diário de Queimadas' desenvolvido pela Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística que, mediante a criação de pioneiro software, a partir de base livre, com programação em PHP, efetuou o monitoramento remoto das queimadas em todo o Estado de Mato Grosso durante o período proibitivo (de 15/07/2015 a 30/09/2015). Nesse período, foi detectado o total de 316.380 focos de calor que, por sua vez, geraram procedimentos administrativos para serem encaminhados aos Promotores de Justiça competentes para a adoção das providências cabíveis. Tal monitoramento é associado à constatação de degradação ambiental provocada por desflorestamento irregular (43 mil hectares em 2015), cujo relatório elaborado igualmente foi encaminhado aos Promotores de Justiça competentes.

Ainda, tem-se a parceria - Mato Grosso unido contra as queimadas, celebrada ao final de 2011, cujos efeitos das ações educativas perduram até os dias atuais, contando com o apoio do Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Associação Mato-grossense dos Municípios e Poder Executivo Estadual.

Com o fim de buscar uma atuação coordenada e efetiva visando a redução desses índices de focos de calor, assim como, uma atuação eficiente das entidades do Poder Público responsáveis pelo combate às queimadas, a Procuradoria de Justiça Especializada vem acompanhando diretamente o trabalho do Batalhão Ambiental da Polícia Militar e também do Corpo de Bombeiros, promovendo, inclusive, uma aproximação entre os Promotores de Justiça e as referidas instituições, para que atuem de forma coesa e integrada nas diversas questões referentes à proteção ambiental, inclusive as queimadas.

No tocante ao índice de Municípios com aterro sanitário licenciado, foi apurado junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA/MT), que até o final de 2015 somente os seguintes Municípios apresentavam aterros sanitários com Licença de Operação: Colider (LO válida até 27/04/2015 e se encontra em processo de renovação), Cotriguaçu (LO válida até 22/05/2015, cuja renovação também se encontra em análise); o aterro privado CGR de Cuiabá (LO's válidas até 16/11/2017 e 10/08/2021); Lucas do Rio Verde (LO válida até 03/03/2018); Vera (LO válida até 22/01/2018); Cáceres (LO válida até 04/12/2017); Sorriso (LO válida até 18/06/2016); Matupá (LO válida até 09/02/2017); Santa Carmém (LO válida até 08/06/2018). Os demais municípios do Estado não possuem aterros sanitários licenciados junto ao órgão ambiental ou a licença de operação encontra-se expirada sem renovação. Em vista disso, considerando a necessidade de exigir que os Municípios pleiteiem junto à SEMA/MT a renovação da Licença de Operação dos aterros já em funcionamento, assim como, que atendam às exigências do órgão ambiental para que obtenham o devido licenciamento daqueles aterros que ainda não a possuem, esta Procuradoria de Justiça Especializada tem mantido contato (pessoal, telefônico e por e-mail) com os Promotores de Justiça das respectivas comarcas, para que também acompanhem ativamente a atuação do Poder Público Municipal, oficiando-os para que se ajustem o mais rápido possível às normas ambientais referentes à gestão dos resíduos sólidos, valendo-se de meios extrajudiciais e judiciais para tanto. Como resultado, o Ministério Público, por meio dos seus combativos Promotores de Justiça tem adotado medidas extrajudiciais e, igualmente, ajuizado diversas ações civis públicas nas cidades em que atuam visando compelir o Poder Executivo Municipal local a tomar as providências necessárias para dar destinação adequada aos resíduos sólidos e obedecer a legislação ambiental de regência.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	91.546,98	91.546,98	0,00	76,29	100,00
Total	120.000,00	91.546,98	91.546,98	0,00	76,29	100,00

Execução:

No que pertine ao Programa em comento, a previsão de execução orçamentária e financeira consistiu, sinteticamente, em (1) capacitação de membros e servidores da assessoria em temas referentes à proteção do meio ambiente natural e organização das cidades (2) formação de quadro especializado para assessorar em assuntos da área da Biologia, Arquitetura, Engenharia Florestal e Geoprocessamento (este último, especialmente no que se refere à captação de imagens georreferenciadas); (3) realização de eventos/audiências públicas/reuniões voltados para a atuação conjunta dos órgãos repressores e de prevenção, educação ambiental e conscientização da sociedade e (4) produção de cartilhas ambientais e outros materiais de conscientização e educação ambiental. Importante destacar que houve compatibilidade entre a dotação inicialmente prevista e a projeção das despesas realizadas. Os recursos humanos e materiais, bem como a realização de eventos e grupos de estudos e debates permanecem sendo implementados. Quanto à infraestrutura necessária para a execução do programa, é de se registrar que há salas suficientes, porém a mesma continua sendo implementada de acordo com as necessidades de execução do programa, tais como as atinentes à aquisição de material de consumo e de material permanente.

Quanto ao cumprimento das metas físicas, observa-se que, muito embora não tenha sido utilizado todo o recurso orçamentário destinado ao programa, a Procuradoria de Justiça Especializada vem atuando de forma satisfatória em busca do alcance das metas ora estipuladas, sempre visando uma atuação conjunta e auxiliar aos Promotores de Justiça.

Resultados:

A efetividade do programa tem se mostrado satisfatória, mediante uma atuação ministerial forte e presente em diversas frentes de trabalho referentes à defesa ambiental e urbanística, especialmente as eleitas aqui como prioritárias, seja em âmbito judicial, como extrajudicial.

Durante o exercício de 2015, destaca-se a participação da Procuradoria de Justiça Especializada em diversos Conselhos, Fóruns, Comissões, Grupos de Trabalho da área ambiental (tais como: Conselho Estadual do Meio Ambiente CONSEMA; Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso -CIEA/MT; o Fórum Mato-grossense de Combate aos Agrotóxicos; o Conselho Estadual de Pesca - CEPESCA, Fórum Estadual de Mudanças Climáticas- FEMC, Grupo Interinstitucional GT Pantanal (MPF, MP/MT e MP/MS), Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental, do qual o titular da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Procurador de Justiça Luiz Alberto Esteves Scaloppe foi eleito Presidente para o biênio 2016/2017), entre outros.

Vale registrar que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso foi sede do exitoso XV Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, realizado nos dias 15, 16 e 17 de abril de 2015, em parceria com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA, resultado da atuação direta da Procuradoria Especializada através das ações voltadas para a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística, que contou com a participação de autoridades do Poder Executivo Estadual, com a ilustre presença do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso, Membros do Ministério Público e do Judiciário estadual, federal e de outros estados.

Ainda, destaca-se a realização de audiência pública em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público -CNMP para discutir a Situação Atual do bioma do Pantanal e o Papel do MP, em maio de 2015, e a realização de audiência pública em parceria com a Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania e do Consumidor, para debater as Queimadas: Reflexo na Saúde da população.

Não obstante isso, a Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística elabora estudos ambientais que refletem a realidade de passivos ambientais recorrentes, no território de atuação das Promotorias de Justiça. As principais ações no ano de 2015 foram: o Projeto contínuo Diário de Queimadas, o Projeto da área urbanística - Cidade Legal, a Avaliação Ecológica das cabeceiras do Rio Xingu, que compreende um estudo ecológico do estado atual de degradação das nascentes do rio Xingu, Diagnóstico Ambiental do Parque Estadual Serra de Ricardo Franco, Estudo para Recuperação de Área de Preservação Permanente (APP) urbana e rural Alto Araguaia, Identificação de Drenagens de Áreas Úmidas no Pantanal e Guaporé, Valoração do Dano Ambiental, Fomento à Criação dos Comitês de Bacias Hidrográfica (CBH) e o Estudo Técnico para a implantação de 13 Promotorias de Justiça de Bacia Hidrográfica no âmbito do Ministério Público Estadual, que culminou na aprovação de tal modelo pelo Colégio de Procuradores de Justiça e a instalação de 2 Promotorias de Justiça de Bacia Hidrográfica piloto, em Cáceres e Rondonópolis.

Outrossim, no decorrer de 2014, na área da Biologia, Engenharia Florestal, Geoprocessamento e Urbanismo, foram elaborados pela Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística 125 (cento e vinte e cinco) Laudos Técnicos, atendendo às demandas dos Promotores de Justiça, abrangendo diversos Municípios do Estado de Mato Grosso. Os procedimentos variam entre Laudos de Vistoria, Perícias em parceria com o Centro de Apoio Operacional do Ministério Público (CAOP) e Pareceres Técnicos sobre relatórios e imagens enviadas.

Tais procedimentos são referentes às imagens de georreferenciamento, de áreas urbanas e rurais, referentes às dinâmicas de ocupações irregulares, desmatamento, queimadas, degradação, alteração ambiental, identificação de proprietários no meio ambiente rural e urbano, disposição irregular de resíduos sólidos, desmatamento, processos erosivos e áreas degradadas, poluição hídrica, alterações ambientais, abandono de áreas, aterramento de nascentes, poluição visual, ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente (APP), irregularidades em cemitérios, uso e ocupação do solo, hidrelétricas, agrotóxicos.

Na área do Urbanismo, no decorrer do ano de 2015, as vistorias e laudos técnicos de apoio realizados, atendendo às demandas dos Promotores de Justiça, são referentes à: (1) verificação das condições de acessibilidade e adequação às normas urbanísticas, com elaboração de laudo técnico detalhado; (2) análise e elaboração de relatório técnico detalhado referente à adequação de Estudos de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV) às normas urbanísticas de empreendimentos e operações urbanas consorci

Principais restrições e providências adotadas:

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	5127-Controle da Qualidade do Meio Ambiente Natural
Programa de Governo:	331-Defesa Ambiental e Organização das Cidades
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Atuar visando a proteção dos recursos naturais.
Produto:	Ação ministerial proposta
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Luiz Alberto Esteves Scaloppe

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	5,00
Tot	5,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5,00	5,00	5,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

O Ministério Público Estadual, visando atingir os fins previstos, atuou de maneira integrada em todo o Estado.

As medidas inicialmente planejadas e executadas, assim como as ações promovidas pelos Promotores de Justiça com atribuições nas áreas ambiental e urbanística, além de acarretar a responsabilização dos infratores ambientais e, por conseguinte, a reparação dos danos perpetrados, propiciou, além de tudo, importante fomento à educação ambiental.

No período fonte de pesquisa (janeiro a dezembro de 2015), o Ministério Público, além da quotidiana atuação judicial (ora como autor, ora fiscal da lei), celebrou 318 (trezentos e dezoito) Termos de Ajustamento de Conduta relativos à área ambiental e urbanística, sendo 261 (duzentos e sessenta e um) referentes ao meio ambiente natural e 57 (cinquenta e sete) referentes ao meio ambiente urbano.

Desse modo, verifica-se que a capacidade de Planejamento do órgão é pensada e aplicada, visando atingir resultados satisfatórios e eficientes, na busca pela realização da meta física que se propôs para a respectiva ação.

Ademais, foram realizadas perícias técnicas referentes à ocupação ilegal e desmate de APP, uso e ocupação do solo, poluição de corpos hídricos, aterramentos de nascentes, agrotóxicos etc., visando instruir e subsidiar a propositura de ações de responsabilização, em caso de dano ao meio ambiente natural, a cargo dos Promotores de Justiça.

Por fim, destaque-se a atuação da Procuradoria Especializada em ações de capacitação de membros e servidores, bem como na organização de eventos/reuniões/audiências públicas visando a atuação coordenada voltadas para a educação ambiental e prevenção dos danos ambientais.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	80.000,00	62.687,29	62.687,29	0,00	78,36	100,00
Total	80.000,00	62.687,29	62.687,29	0,00	78,36	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

A dotação orçamentária inicialmente prevista para o exercício 2014 foi destinada ao custeio de diárias, passagens e despesas com locomoção, para a participação em cursos e capacitações, participação em Conselhos, bem como, para a realização de perícias técnicas ambientais e, ainda, para a participação em outros eventos relacionados à matéria ambiental.

Ademais, destaque-se a aquisição de material de consumo, de distribuição gratuita (cartazes), para utilização/distribuição entre os congressistas e palestrantes do XV Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, bem como contratação de serviços de pessoa jurídica e aquisição de passagens e despesas com locomoção, também voltados para a consecução do referido evento.

Observa-se, portanto, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes para a realização das metas previstas, uma vez que o órgão está efetivamente projetando as despesas necessárias, mormente ao se considerar que os recursos inicialmente previstos refletiram a real necessidade da ação.

Embora os recursos não tenham sido gastos por completo, vê-se que a previsão do orçamento foi realizada corretamente na oportunidade de elaboração e fixação de metas do Programa. Assim, em que pese a realização da projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Capacidade de Execução - COFD:

Os gastos foram realizados dentro dos limites fixados para a dotação orçamentária anual. O desempenho apurado no COFD justifica o êxito da execução, diante dos resultados apresentados no quadro de realização orçamentária e financeira, de modo que restou demonstrada uma capacidade de execução satisfatória, atendendo integralmente ao Planejamento em curso, e evidenciando a conformidade entre o planejado e o executado.

O nível de atingimento dos objetivos específicos demonstra que o Ministério Público vem atuando satisfatoriamente nas áreas ambiental e urbanística, através dos Promotores de Justiça e da Procuradoria de Justiça Especializada.

Não obstante a correta projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Alcance do Objetivo Específico:

O nível de atingimento dos objetivos específicos demonstra que o Ministério Público vem atuando satisfatoriamente nas áreas ambiental e urbanística, através dos Promotores de Justiça e da Procuradoria de Justiça Especializada.

Não obstante a correta projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Ação:	5128-Organização e Sustentabilidade das Cidades Mato-Grossenses
Programa de Governo:	331-Defesa Ambiental e Organização das Cidades
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Atuar visando a proteção dos recursos naturais.
Produto:	Ação ministerial proposta
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Luiz Alberto Esteves Scaloppe

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	5,00
Tot al:	5,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5,00	5,00	5,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

O Ministério Público Estadual, visando atingir os fins previstos, atuou de maneira integrada em todo o Estado.

As medidas inicialmente planejadas e executadas, assim como as ações promovidas pelos Promotores de Justiça com atribuição na área urbanística, além de acarretar a responsabilização dos infratores e, por conseguinte, a reparação dos danos perpetrados ao meio ambiente urbano, propiciou, além de tudo, importante fomento à educação ambiental.

No período fonte de pesquisa (janeiro a dezembro de 2015), o Ministério Público, além da quotidiana atuação judicial (ora como autor, ora fiscal da lei), celebrou 318 (trezentos e dezoito) Termos de Ajustamento de Conduta relativos à área ambiental e urbanística, sendo 261 (duzentos e sessenta e um) referentes ao meio ambiente natural e 57 (cinquenta e sete) referentes ao meio ambiente urbano.

Ademais, foram realizadas as perícias técnicas mencionadas anteriormente, referentes à ocupação ilegal e desmate de APP's em zonas urbanas (não só nas rurais), poluição de corpos hídricos, aterramentos de nascentes, etc., visando instruir e subsidiar a propositura de ações de responsabilização, em caso de dano ao meio ambiente natural, a cargo dos Promotores de Justiça. O mesmo deu-se em relação à ordem urbanística, eis que foram realizadas atividades de capacitação e conscientização, conforme mencionado alhures, bem como, ações de vistoria e elaboração de laudos técnicos urbanísticos, subsidiando, assim, a atuação dos Promotores de Justiça em questões acerca da sustentabilidade das cidades e adequação às normas urbanísticas.

Desse modo, verifica-se que a capacidade de Planejamento do órgão é pensada e aplicada, visando atingir resultados satisfatórios e eficientes, na busca pela realização da meta física que se propôs para a respectiva ação.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	40.000,00	28.859,69	28.859,69	0,00	72,15	100,00
Total	40.000,00	28.859,69	28.859,69	0,00	72,15	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os gastos foram realizados dentro dos limites fixados para a dotação orçamentária anual.

A dotação orçamentária inicialmente prevista para o exercício 2015 foi destinada ao custeio de material e diárias para custear participação institucional em eventos de capacitação, perícias e vistorias técnicas, bem como para participação em Conselhos, Comissões e Eventos da área ambiental urbanística.

Além disso, destaca-se a aquisição de material de consumo e de distribuição gratuita, para utilização na divulgação do XV

Congresso

Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente e distribuição entre os congressistas e palestrantes bem como contratação de serviços de pessoa jurídica e aquisição de passagens e despesas com locomoção, também voltados para a consecução do referido evento.

Observa-se, portanto, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes para a realização das metas previstas, uma vez que o órgão está efetivamente projetando as despesas necessárias, mormente ao se considerar que os recursos inicialmente previstos refletiram a real necessidade da ação.

Embora os recursos não tenham sido gastos por completo, vê-se que a previsão do orçamento foi realizada corretamente na oportunidade de elaboração e fixação de metas do Programa. Assim, em que pese a realização da projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho apurado no COFD evidencia o êxito da execução, uma vez que foi possível executar as metas inicialmente projetada, consistentes na capacitação de pessoal, elaboração de vistorias e relatórios na área urbanística, com a finalidade de subsidiar a atuação ministerial, bem como a realização de acompanhamento e participação das políticas voltadas para o meio ambiente urbano, em consonância com a dotação orçamentária prevista.

Os resultados apresentados no quadro da realização orçamentária e financeira demonstram uma capacidade de execução satisfatória, atendendo integralmente ao Planejamento em curso, havendo uma conformidade entre as ações planejadas e as executadas.

Alcance do Objetivo Específico:

O nível de atingimento dos objetivos específicos demonstra que o Ministério Público vem atuando satisfatoriamente nas áreas ambiental e urbanística, através dos Promotores de Justiça e da Procuradoria de Justiça Especializada.

Não obstante a correta projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2015
Programa:	332-Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público
Objetivo Estratégico do PPA:	07-Reduzir a violência e a insegurança do cidadão
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	Índices de eficiência das ações judiciais e extrajudiciais, na defesa da probidade administrativa e do patrimônio público, não satisfatórios.
Objetivo do Programa:	Defender a probidade administrativa e o patrimônio público, através da melhoria da eficiência das ações judiciais e extrajudiciais na área
Público Alvo:	sociedade
Unidade Resp.	
Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Eliana Cicero de Sá Maranhão Ayres

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2015	Data Apuração
Ações decididas procedentes ou parcialmente procedentes	Anual	Percentual	52	60	72,20	31/12/2015
Fonte: GEAP						
AçõesS exitosas em segunda instância	Anual	Percentual	64	72	74,00	31/12/2015
Fonte: GEAP						
Termos de ajustamento de conduta (tac) cumpridos do total de tacs com termo final vencido no ano.	Anual	Percentual	81	89	80,00	31/12/2015
Fonte: MP						

Análise de Indicadores do Programa:

Os indicadores de ações decididas procedentes ou parcialmente procedentes na primeira instância e as ações exitosas em segunda instância demonstram o fiel cumprimento da meta estabelecida para o exercício de 2015.

No que se refere aos indicadores de Termo de Ajustamento de Conduta cumpre mencionar que apesar do decréscimo em percentual em relação ao ano de 2014, tal fato não significa em redução em efetividade e eficácia do serviço prestado pelo Ministério Público à população, porquanto houve um aumento considerável no percentual de TAC firmados e homologados com prazo a ser cumprindo, o que fez o percentual reduzir em relação ao ano passado.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	30.824,75	30.824,75	0,00	25,69	100,00
Total	120.000,00	30.824,75	30.824,75	0,00	25,69	100,00

Execução:

Analisando a dotação orçamentária prevista para 2015, observa-se a não utilização do total previsto na LOA, contudo, não foi empecilho para a realização do planejado no programa.

O gasto contabilizado no ano decorreu da parceria realizada pela Procuradoria de Justiça Especializada em conjunto com a Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa da Cidadania e do Consumidor no projeto de capacitação dos servidores e membros do Ministério Público de todo o Estado dos Índices Metaindividuais, visando tornar confiável as informações constantes no banco de dados da instituição, tendo essa Procuradoria de Justiça Especializada contribuído com os custos desta capacitação.

Realizou, também, no mês de novembro de 2015 curso de capacitação e de extensão em Processo Civil, tendo como tema "Técnicas para Investigar Fraudes em Licitações", ministrado pelos Dr. Ernani de Menezes Vilhena Junior, Dr. Daniel Serra Azul Guimarães e Dr. Alexandre Alberto de Azevedo Magalhães Júnior, Promotores de Justiça do Estado de São Paulo, para membros e servidores, sendo responsabilidade desta Especializada arcar com as despesas advindas deste evento.

Dessa forma, constata-se que a não utilização da integralidade dos valores não reflete na atuação dos órgãos de execução do Ministério

Público, já que os recursos foram devidamente liberados em fluxo compatível com a programação, sem atrasos nem contingências.

Resultados:

As ações executadas neste programa permitiu melhorar a eficácia das ações ministeriais, principalmente na seara extraprocessual, onde o objetivo primário é preservar o patrimônio público de possíveis atos ímprobos praticados pelos gestores públicos. Na seara processual, observa-se um aumento nas condenações nas ações civis públicas, onde o Ministério Público buscou a responsabilização dos agentes ímprobos que lesam o erário acarretando danos nefastos à coisa pública, prejudicando diretamente os serviços públicos prestados à população em geral.

Assim, a melhora nos resultados deu-se pelo aperfeiçoamento humano, tanto dos Promotores de Justiça como dos servidores da instituição, através dos cursos de capacitação na área especializada de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, ministrados por juristas renomados. Esse aperfeiçoamento vem proporcionando uma melhora significativa na fiscalização do patrimônio público e na responsabilização daqueles que não geriram com acuidade necessária a res publica.

Avaliação das Ações do Programa

Programa de Governo:	4313-Promoção da Eficiência na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público
Exercício:	2015
Ação:	332-Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público
	Aumentar em 8% a eficiência das ações judiciais e Objetivo Específico: extrajudiciais , (TACS) na defesa da probidade administrativa e do patrimônio público.
Produto:	Ação realizada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Eliana Cicero de Sá Maranhão Ayres

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	2,00
Tot al:	2,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
2,00	2,00	2,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta inicial fixada anual era de elevar em 2% (dois por cento) a eficiência das ações ministeriais realizadas extrajudicialmente e judicialmente, motivo que levou a implementar ações no decorrer do ano visando qualificar os membros e servidores do Ministério Público para prestar um serviço de eficiência e excelência aos jurisdicionados, como por exemplo, curso de capacitação que todos os anos foram proporcionados por essa Procuradoria Especializada, sendo que tais fatos elevaram os índices de resolução dos Termos de Ajustamento de Conduta, bem como, as condenações judiciais proposta pelo Ministério Público, à título de exemplo, podemos citar os números obtidos desde do ano de 2012, vejamos:

Em 2012, do total de 41 (quarenta e um) Termos de Ajustamento de Conduta firmados/homologados, apenas 7 (sete) foram cumpridos ou parcialmente cumpridos, somando um percentual de 17% do resultado esperado.

No ano de 2013, do total de 22 (vinte e dois) Termos de Ajustamento de Conduta firmados/homologados, 19 (dezenove) foram cumpridos ou parcialmente cumpridos, perfazendo um percentual de 86,3% no cumprimento desses ajustes.

O ano de 2014, houve 24 (vinte e quatro) Termos de Ajustamento de Conduta firmados/homologados, sendo que 18 (dezoito) foram cumpridos ou parcialmente cumpridos, perfazendo um percentual de 75% de cumprimento.

Em 2015, houve 70 (setenta) Termos de Ajustamento de Conduta firmados/homologados, sendo que 41 (quarenta e um) foram cumpridos ou parcialmente cumpridos, perfazendo um percentual de 58%.

Em relação a atuação judicial na primeira instância, somente em 2015 foram propostas 23 (vinte e três) ações civis públicas objetivando salvaguardar o patrimônio público dos gestores públicos que infringiram à lei. Houve ainda julgamento de 244 (duzentos e quarenta e quatro) ações civis públicas, sendo 107 (cento e sete) favoráveis, 44 (quarenta e quatro) desfavoráveis, 36 (trinta e seis) parcialmente favoráveis e 37 (trinta e sete) extintas.

Cita-se que em 2012, conforme relatório anual de atividades, 76 (setenta e seis) recursos foram julgados favoráveis ou parcialmente favoráveis ao pedido ministerial, de um total de 219 (duzentos e dezenove) recursos, restando um percentual de 34%. Em 2013, 103 recursos foram julgados favoráveis ou parcialmente favoráveis ao pedido ministerial, de um total de 128 (cento e vinte e oito) recursos, dados que denotam o percentual de 80% de provimento ou parcial provimento.

Em 2014, 31 (trinta e um) recursos foram julgados favoráveis ou parcialmente favoráveis ao pedido ministerial inicial, do total de 45 (quarenta e cinco) recursos apreciados, o que demonstra um percentual de 68,89% de julgamentos favoráveis ou parcialmente favorável ao pedido do Ministério Público.

Em 2015, 164 (cento e sessenta e quatro) recursos foram julgados favoráveis ou parcialmente favoráveis ao pedido do Ministério Público, de um universo de 196 (cento e noventa e seis) processos julgados, o que equivale a 83,67% das ações perpetradas pelo Ministério Público obtiveram êxito no Poder Judiciário.

Não há dúvida que os dados acima comprovam que os resultados planejados foram alcançados pelo órgão, com um aumento significativo na eficiência das ações ministeriais nas áreas judiciais e extrajudiciais.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	30.824,75	30.824,75	0,00	25,69	100,00
Total	120.000,00	30.824,75	30.824,75	0,00	25,69	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

O Planejamento previsto foi alcançado, a não utilização integral do montante disponibilizado, não comprometeu a execução da ação e os recursos utilizados neste projeto foi suficiente para o custeio dos cursos de capacitação realizados ao longo do ano.

Capacidade de Execução - COFD:

Os recursos foram devidamente liberados em fluxo compatível com a programação, sem atrasos e contingências.

As ações realizadas nesse exercício foram compatíveis com as dotações autorizadas na LOA, não havendo casos de contingenciamento ou anulações. As medidas/tarefas foram adequadas, inclusive economicamente, para o fim proposto.

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar desta Especializada ter utilizado 25,69% do montante dispendido para execução da ação, isso em nada influenciou no alcance da meta física, visto que os procedimentos realizados contribuíram de forma quantitativa e principalmente qualitativa para a busca da responsabilização dos gestores improbos, bem como, no ressarcimento de valores desviados do erário. Tanto que, este órgão de execução superou em 58,62% a meta estipulada no programa.

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2015
Programa:	997-Previdência de Inativos e Pensionistas do Estado
Objetivo Estratégico do PPA:	11-Melhorar a prestação de serviços públicos
Tipo de Programa:	Apoio Administrativo
Origem do Programa:	APOSENTADOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES COM NECESSIDADE DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS.
Objetivo do Programa:	Pagamento dos benefícios previdenciários aos inativos, pensionistas e dependentes.
Público Alvo:	SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS
Unidade Resp. Programa:	11602-FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Gestor(a) do Programa:	Ronaldo Rosa Taveira

INDICADORES						
Descrição	Proridade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2015	Data Apuração
Não cabe no conceito	Anual	Não cabe no conceito	0	0		
Fonte: SAD/MT						

Análise de Indicadores do Programa:

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	175.762.834,95	318.605.967,21	307.146.786,42	0,00	174,75	96,40
101	899.148,00	398.148,00	326.562,05	0,00	36,32	82,02
103	0,00	1.849.549,36	1.849.548,41	0,00	0,00	100,00
109	0,00	7.575.570,12	7.575.570,12	0,00	0,00	100,00
115	124.389.653,00	215.290.418,18	204.119.240,42	0,00	164,10	94,81
120	297.534.672,84	311.984.945,21	311.984.945,21	0,00	104,86	100,00
131	5.010.517,48	19.702.093,13	19.600.861,35	0,00	391,19	99,49
134	7.019.856,00	9.359.193,00	9.358.518,18	0,00	133,31	99,99
173	1.604.579,70	1.804.579,70	1.803.613,39	0,00	112,40	99,95
198	4.830.211,53	7.484.543,53	7.471.123,30	0,00	154,67	99,82
240	90.677.081,48	99.543.190,71	98.287.835,81	0,00	108,39	98,74
242	14.729.180,00	31.418.048,30	31.352.435,32	0,00	212,86	99,79
248	19.750.870,56	27.050.870,56	27.001.067,56	0,00	136,71	99,82
249	0,00	685.569,99	310.636,12	0,00	0,00	45,31
250	1.683.535.628,00	1.915.734.900,17	1.913.915.547,29	0,00	113,68	99,91
262	40.956,00	40.956,00	35.213,34	0,00	85,98	85,98
300	0,00	31.226.111,85	25.769.623,16	0,00	0,00	82,53
303	0,00	500.000,00	486.839,12	0,00	0,00	97,37
306	0,00	7.600.000,00	7.376.972,33	0,00	0,00	97,07
315	0,00	19.813.970,09	17.963.243,31	0,00	0,00	90,66
640	0,00	5.644.831,26	5.644.831,26	0,00	0,00	100,00
Total	2.425.785.189,54	3.033.313.456,37	2.999.381.013,47	0,00	123,65	98,88

Execução:

Resultados:

Principais restrições e providências adotadas:

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	8001-Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis
Programa de Governo:	997-Previdência de Inativos e Pensionistas do Estado
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Operações Especiais
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Atender despesas com o pagamento de aposentados e pensionistas.
Produto:	Ação mantida
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Katia Aparecida Reis de Oliveira Arruda

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	100,00
Tot al:	100,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta de atender 100% das despesas com pessoal inativo e encargos sociais do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, foi cumprida em sua totalidade dentro do que foi estabelecido, fato que denota a boa capacidade de Planejamento.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	4.781.812,65	8.511.812,65	3.004.022,46	0,00	62,82	35,29
115	31.045.193,00	31.045.193,00	20.435.295,13	0,00	65,82	65,82
240	0,00	3.793.938,00	3.551.345,06	0,00	0,00	93,61
300	0,00	18.599.559,77	18.304.495,14	0,00	0,00	98,41
315	0,00	9.731.545,03	9.449.925,70	0,00	0,00	97,11
Total	35.827.005,65	71.682.048,45	54.745.083,49	0,00	152,80	76,37

Capacidade de Planejamento - PPD:

A dotação inicial foi aquém do necessário para o exercício, o que resultou em acréscimo de recursos com reforço da dotação inicialmente prevista, com a finalidade de suportar todas as despesas do exercício.

Capacidade de Execução - COFD:

Todas as obrigações assumidas para o exercício no tocante as despesas com aposentados e inativos foram atendidas com a utilização dos recursos legalmente vinculados, obedecendo as dotações autorizadas na LOA para o exercício.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo da ação que era o cumprimento legal das despesas de custeio para atender aposentados e pensionistas foi atingindo em sua totalidade.

Ação:	Pensionistas do Estado de Mato Grosso
Programa de Governo:	997-Previdência de Inativos e Pensionistas do Estado
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Operações Especiais
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Assegurar despesas com o pagamento de encargos e obrigações previdenciárias relativas ao regime próprio de previdência social do Estado..
Produto:	Ação mantida
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Katia Aparecida Reis de Oliveira Arruda

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	100,00
Tot al:	100,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

Não há variação de meta física nessa ação, uma vez que a meta proposta foi alcançada, fato que denota a capacidade de Planejamento e a realização das ações.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	3.249.299,99	2.478.989,25	2.478.989,25	0,00	76,29	100,00
Total	3.249.299,99	2.478.989,25	2.478.989,25	0,00	76,29	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

O desempenho apurado ocorreu devido ao fato de ter-se uma previsão superior ao efetivamente empenhado. No entanto, as metas estabelecidas foram todas atendidas e os recursos legalmente vinculados a finalidade específica foram utilizados para atender o objetivo dessa ação.

Capacidade de Execução - COFD:

A execução dos recursos legalmente vinculados foram utilizados exclusivamente para atender o objetivo da ação, portanto foram atendidas todas as obrigações assumidas para o exercício no tocante as despesas com encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas do Estado de Mato Grosso.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi cumprido em sua integralidade, tendo atendido as despesas com o pagamento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas do Estado de Mato Grosso.

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2015
Programa:	36-Apoio Administrativo
Objetivo Estratégico do PPA:	11-Melhorar a prestação de serviços públicos
Tipo de Programa:	Apoio Administrativo
Origem do Programa:	Órgãos com necessidade de manutenção e apoio administrativo para cumprimentos de suas atribuições.

Objetivo do Programa: prover os órgãos do estado, meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público Alvo: ORGÃOS DO ESTADO

Unidade Resp. Programa: 99000-TESOURO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Gestor(a) do Programa: Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 2007-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

Programa de Governo: 036-Apoio Administrativo

Exercício: 2015

Tipo de Ação: Atividade

Unidade Responsável: 08601-FUNDO DE APOIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Objetivo Específico: Garantir a manutenção e suporte das atividades administrativas nos órgãos/entidades.

Produto: Ação mantida

Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: Claudia di Giacomo Mariano

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	100,00
Tot al:	100,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta física prevista de 100% foi obtida, pois na fase de execução das ações foi atendida todas as demandas identificadas na fase de elaboração do Planejamento.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
240	41.587,00	41.587,00	13.795,00	0,00	33,17	33,17
640	0,00	775.129,73	26.291,00	0,00	0,00	3,39
Total	41.587,00	816.716,73	40.086,00	0,00	96,39	4,91

Capacidade de Planejamento - PPD:

Durante o exercício houve a transferência de R\$ 775.129,73 de Superávit Financeiro, apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, o que justifica a Dotação final bem maior que a dotação inicial. Mesmo não usando a totalidade da dotação orçamentária, as ações e metas físicas foram muito satisfatórias, tudo o que foi previsto fora executado, visualizando um índice ótimo como demonstra a análise do PPD, o que inviabilizou uma melhor classificação foi a impossibilidade de utilização dos recursos da fonte 640, a despeito disso, temos a morosidade das licitações que perduraram o ano de 2015, mas mesmo assim as ações inicialmente planejadas foram totalmente executadas, mesmo não utilizando a maior parte dos recursos disponíveis, ou seja, as ações foram desenvolvidas dentro daquilo que foi programado.

Capacidade de Execução - COFD:

O índice de execução tão baixo acima apurado deu-se em razão dos recursos suplementares repassados durante o ano, mas sem prejuízo das ações inicialmente prevista para ação. Os recursos Suplementados foram para reforço das rubricas outros serviços de terceiros, pessoa jurídica e material permanente e serviram para custear despesas com alguns cursos de especialização realizada pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de MT. Apesar de estar classificada como altamente deficiente, a ação realizou todas as medidas previstas.

Alcance do Objetivo Específico:

A ação se propunha a manter e dar suporte as atividades administrativas no órgão. Apesar de alguns ajustes feitos através de operações de crédito, o objetivo foi cumprido.

Outros aspectos relevantes:

Não houve aspectos relevantes, todas as metas foram realizadas dentro do previsto

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2015
Programa:	264-Desenvolvimento Institucional
Objetivo Estratégico do PPA:	11-Melhorar a prestação de serviços públicos
Tipo de Programa:	Apoio Administrativo
Origem do Programa:	Estrutura deficiente para atendimento da população matogrossense.
Objetivo do Programa:	Efetivar os direitos do cidadão.
Público Alvo:	Sociedade
Unidade Resp. Programa:	08601-FUNDO DE APOIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Gestor(a) do Programa:	Claudia di Giacomo Mariano

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2015	Data Apuração
Índice de satisfação da sociedade	Anual	Percentual	0	20		
Fonte: MP/MT						

Análise de Indicadores do Programa:

O Índice de satisfação da sociedade matogrossense em relação a atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, deixou de ser realizado face a dificuldade encontrada em viabilizar a pesquisa.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução:

Foram desenvolvidas ações específicas no presente programa que, apesar de alcançar suas metas não utilizou todo recurso financeiro programado na LOA.

O fato de ter-se elaborado um plano de ação com suas respectivas tarefas a serem desenvolvidas durante o exercício de 2015 permitiu que todos tivessem um alinhamento na fase da execução das ações reduzindo-se a despesas sem comprometer as metas pretendidas. Sendo assim, houve o alcance dos objetivos do programa, os recursos financeiros foram liberados em tempo e compatível com a programação.

Resultados:

O Programa continua alinhado com os objetivos estratégicos da Instituição, vez que as perspectivas que estão sendo atendidas pela Procuradoria Geral de Justiça estão direcionados à atender a Visão da Instituição, que é ser reconhecida como essencial à defesa da Sociedade.

Para tanto, o Ministério Público Estadual teve uma atuação incisiva e coerente através do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado - GAECO, através dos aprimoramentos nas investigações de inteligência nas áreas de crimes envolvendo agentes públicos e narcotráfico, bem como combate à corrupção;

Ocorreram reformas e adequações em 13 unidades do Ministério Público, alcançando 7 das 12 regiões de Planejamento do Estado; Em termos de Capacitação, foram capacitados 622 integrantes desta Instituição até dezembro de 2015, sendo que, tinha-se estimado a realização de capacitação para 400. Foram realizados 67 cursos nas mais diversas modalidades, bem como a oferta de 04 especializações aos membros e servidores do Ministério Público, com um reflexo positivo no cumprimento das metas estabelecidas; Ainda em termos de capacitação, o FUNAMP, apesar de viabilizar cursos de pós-graduação, não alcançou um número expressivo de participantes, conforme o planejado. Acredita-se que para melhorar estes números, seja necessário incentivar a manifestação de maior interesse dos integrantes e que atenda as atuais expectativas da Instituição.

Uma pesquisa de interesses, entre os integrantes, pode futuramente ampliar a oferta de cursos e garantir a efetiva participação dos interessados.

Quanto ao Apoio aos Órgãos de Execução do Ministério Público - CAOP, pode-se dizer que as aquisições e contratações previstas para incrementar as atividades relacionadas ao apoio técnico prestado foram devidamente solicitadas, os recursos efetivamente utilizados, alcançando um nível satisfatório para o objetivo específico previsto.

Até o momento não houve meios de viabilizar a pesquisa necessária para mensurar o índice de satisfação da sociedade com a atuação da Procuradoria Geral de Justiça.

Principais restrições e providências adotadas:

Outros aspectos relevantes:

O empenho dos Promotores de Justiça, dos Delegados de Polícia, bem como de toda a equipe policial nas deflagrações das Operações e das providências de Apoio às Promotorias do Estado de Mato Grosso no ano de 2015, proporcionou a efetiva desarticulação de 100% dos casos investigados. Em termos de capacitação, houve o treinamento realizado nos polos de Cuiabá, Barra do Garças, Cáceres, Colider, Juína, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra, com a participação efetiva de 166 servidores, 49 membros, totalizando 215 integrantes do Ministério Público, abrangendo 78 comarcas de nosso Estado.

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	3560-Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2015
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08601-FUNDO DE APOIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Objetivo Específico:	Promover aprimoramento profissional e cultural dos servidores da instituição
Produto:	Capacitação realizada
Unidade de Medida:	Pessoa
Responsável pela Ação:	Silvana Correa Vianna

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	30,00
Tot al:	30,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	100,00	30,00	30,00	30,00

Análise da Meta Física:

Foram oferecidas vagas em 04 tipos de Especialização, mas houve pouca inscrição nos cursos ofertados. Acreditamos que no momento da ocorrência dos cursos houveram contratempos, ou outras programações, não despertando com isso interesse por parte dos integrantes do MP em participar.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
240	100.000,00	100.000,00	53.597,00	0,00	53,60	53,60
640	0,00	500.000,00	60.117,50	0,00	0,00	12,02
Total	100.000,00	600.000,00	113.714,50	0,00	113,71	18,95

Capacidade de Planejamento - PPD:

A capacidade Planejamento apesar de ser classificada como Bom, apresenta a necessidade de buscar cursos de capacitação de maior interesse dos integrantes e que atenda as atuais expectativas da Instituição.

Capacidade de Execução - COFD:

A meta era disponibilizar vagas de cursos de Pós-graduação a servidores, fato este que ocorreu. O não cumprimento da execução financeira deu-se ao fato, conforme explicado na meta física, da não participação dos servidores nos cursos ofertados. Acreditamos que para o exercício de 2016, novos cursos para atender áreas distintas das atribuições do MP possa despertar o interesse e a participação efetivas dos integrantes do MP.

Alcance do Objetivo Específico:

Os cursos foram disponibilizados, mas não houve a participação conforme planejado. Para melhorar a eficiência no desempenho da ação é necessário ofertar cursos em áreas distintas das atribuições do MP.

Outros aspectos relevantes:

Os cursos oferecidos no ano de 2015 foram: Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Constitucional e Direito Administrativo; Pós- Graduação Lato Sensu em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário: Teoria e Prática; Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil (Teoria e Prática do Novo CPC); e Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Eleitoral e Improbidade Administrativa (Eleições 2016).

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Para um melhor Planejamento será necessário uma pesquisa Institucional, levantando assim o curso de maior interesse entre os membros e servidores para ser ofertado.

til, envolve as três esferas, a secretaria de Estado de Educação, participou de congresso, com foco na política de educação Infantil, para oferecer suporte aos municípios.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Há necessidade de definir o que compete a cada esfera, relacionada a política de Educação Infantil.